CLIPPING — COMPLEXSYS E ANDRÉ FELDMAN NA MÍDIA

Dark Horse: dinheiro público passava por empresas e voltava a Karina Gama

Contratado pela prefeitura de São Paulo, ICB pagava empresas que depois repassavam dinheiro para outra ONG de Karina da Gama

Fonte original: Metrópoles. Este documento é uma cópia de arquivo para clipping; o conteúdo pertence ao veículo e não foi produzido por este sistema.

Veículo	Metrópoles (metropoles.com)
Autor	Demétrio Vecchioli
Data de publicação	10/09/2026 14:00
URL original	https://www.metropoles.com/colunas/demetrio-vecchioli/dark-horse-dinheiro-publico-passava-por-empresas-e-voltava-a-karina-gama
Relevância	Baixa · Contratos e dinheiro público · Artigo
Pessoas citadas	Flávio Dino, Karina Gama, André Feldman, Mário Frias, Walter Feldmn, Heric Fabiano Dias
Organizações	Prefeitura de São Paulo, Fastfuture Tecnologias Emergentes, Instituto Conhecer Brasil (ICB), Academia Nacional de Cultura (ANC), Secretaria Municipal de Inovação
Data da coleta	29/09/2026 10:00
Situação	No ar · última verificação 25/11/2026 02:36
Versões	1

TRECHOS QUE CITAM ANDRÉ FELDMAN / COMPLEXSYS

• Depois, pagou R$ 2,6 milhões à ANC.Em período posterior, de outubro a dezembro de 2025, a Complexys recebeu R$ 3,0 milhões do ICB e repassou R$ 1,3 milhão à ANC.A Fastfuture pertence à esposa de André Feldman, sobrinho do ex-deputado Walter Feldmn e dono da Complexys Apoio Administrativo, empresa que recebeu R$ 2 milhões do ICB por uma nota cancelada.Encerrada a produção de Dark Horse, esses repasses cessaram. (defesa/posicionamento)

Conteúdo coletado para fins de clipping e monitoramento de mídia. Direitos do conteúdo pertencem ao respectivo veículo/publicador.



Imagem: reprodução / Metrópoles

RESUMO

Para tentar demonstrar isso, a Go Up Entertainment, produtora do filme, contratou uma perícia para mostrar a soma dos valores pagos na produção de Dark Horse no Brasil e nos Estados Unidos. A perícia diz o filme “não recebeu dinheiro público”, mas não detalha de onde veio o dinheiro.O relatório da PF que embasa a decisão do ministro cita que uma das fontes de recursos da Go Up Entertainment foi uma transferência de R$ 750 mil da empresa NTT Brasil Ltda, administrada pelo empresário Heric Fabiano Dias.

Relatórios do Coaf citados pelo ministro Flávio Dino na decisão que autorizou a Operação Make Up mostram que empresas contratadas pelo Instituto Conhecer Brasil (ICB) no âmbito do contrato de Wi-Fi da prefeitura de São Paulo repassavam dinheiro à Academia Nacional de Cultura (ANC).As duas ONGs são comandadas por Karina Ferreira da Gama, produtora de Dark Horse, e os repasses coincidem com o momento de produção do filme. Só a triangulação direta entre ICB – fornecedor – ANC fez R$ 6,1 milhões chegarem a essa entidade, que já buscou recursos públicos para produção cinematográfica.“As movimentações narradas apresentam fortes indícios de retorno dos recursos públicos pagos ao ICB para a esfera de disponibilidade dos próprios responsáveis pela OSC (sigla para organização da sociedade civil), com potencial caracterização de desvio e contornos de lavagem de dinheiro”, escreveu o ministro Flávio Dino.Como revelou o site Intercept no passado, o ICB fechou um contrato de R$ 108 milhões com a prefeitura de São Paulo para instalar pontos de Wi-Fi na periferia da cidade. O contrato previa remuneração mensal pela “manutenção” dos pontos e o montante de ao menos R$ 24 milhões para “manutenção” daqueles que ainda não estavam instalados, em um pagamento retroativo por serviço não prestado.A decisão de Flávio Dino tornada pública nesta quinta-feira (10/9), após a operação da PF, cita quatro ocasiões em que o dinheiro pago pelo ICB voltou para Karina da Gama por meio da ANC.A Ultra IP, uma das terceirizadas para instalar e manter os pontos de Wi-Fi, recebeu R$ 8,5 milhões do ICB e encaminhou R$ 1,3 milhão à ANC.A Fastfuture Tecnologias Emergentes, entre julho e novembro de 2025, recebeu R$ 4,3 milhões do ICB, por seis TEDs. Depois, encaminhou R$ 314 mil à ANC.Outro relatório, também relativo à Fastfuture, cita R$ 5,1 milhões do ICB para a empresa e R$ 603 mil da empresa para a ANC.A Complexys, que também prestava serviço para o

Conteúdo coletado para fins de clipping e monitoramento de mídia. Direitos do conteúdo pertencem ao respectivo veículo/publicador.

gabinete de Mario Frias, recebeu R$ 5 milhões só do ICB entre outubro de 2024 e o mesmo mês de 2025. Depois, pagou R$ 2,6 milhões à ANC.Em período posterior, de outubro a dezembro de 2025, a Complexys recebeu R$ 3,0 milhões do ICB e repassou R$ 1,3 milhão à ANC.A Fastfuture pertence à esposa de André Feldman, sobrinho do ex-deputado Walter Feldmn e dono da Complexys Apoio Administrativo, empresa que recebeu R$ 2 milhões do ICB por uma nota cancelada.Encerrada a produção de Dark Horse, esses repasses cessaram. A Complexys recebeu outros R$ 1,8 milhão do ICB até abril deste ano.A decisão de Dino cita que a PF apenas localizou uma conta da ANC, que recebeu R$ 200 mil no período, “o que leva a crer que ela possui outra conta bancária, que não foi comunicada”. Com esses R$ 200 mil, a ANC pagou diversas pessoas jurídicas atuantes na cadeia de eventos e produção cultural, segundo Dino.O grupo ligado a Flávio Bolsonaro afirma que a produção do filme só recebeu dinheiro privado. Para tentar demonstrar isso, a Go Up Entertainment, produtora do filme, contratou uma perícia para mostrar a soma dos valores pagos na produção de Dark Horse no Brasil e nos Estados Unidos. A perícia diz o filme “não recebeu dinheiro público”, mas não detalha de onde veio o dinheiro.O relatório da PF que embasa a decisão do ministro cita que uma das fontes de recursos da Go Up Entertainment foi uma transferência de R$ 750 mil da empresa NTT Brasil Ltda, administrada pelo empresário Heric Fabiano Dias. Antes, o ICB havia transferido R$ 700 mil para duas empresas do grupo econômico do mesmo empresário.Procurada, a prefeitura de São Paulo enviou a seguinte nota:“A Secretaria Municipal de Inovação e Tecnologia (SMIT) informa que nunca houve pagamentos por serviço não prestado no âmbito da parceria com o ICB para o Programa Wifi Livre. O Termo de Colaboração com a entidade no primeiro ano da parceria englobava um pacote de serviços: o processo preparatório de infraestrutura e logística para a operação dos 3.200 pontos de wifi, a instalação em si de cada um deles e a respectiva manutenção. Conforme estabelecido neste documento, a remuneração mensal consistia em um valor global para 3.200 pontos a R$ 1.800 cada. Atualmente, são R$ 1.280,80 pagos por ponto para sua manutenção. Importante ressaltar que as parcerias firmadas pela administração pública com Organizações da Sociedade Civil (OSCs) seguem um rito diferente, conforme determina a legislação federal, com depósitos realizados pela administração municipal em uma conta específica do projeto e análise posterior por meio de prestação de contas semestralmente, período mais rigoroso do que o mínimo legal. Sobre as movimentações financeiras da entidade após o pagamento, elas não integram a relação contratual com a administração municipal. Por fim, a Prefeitura reitera que a assinatura e execução do termo de colaboração firmado com o Instituto Conhecer Brasil (ICB) não têm qualquer irregularidade identificada. O Programa Wifi Livre segue em pleno funcionamento na cidade com 3.200 pontos instalados e mais de 760 milhões de acessos registrados, conforme pode ser verificado no link. https://wifilivrecomunidades.org/sp”.

#8220 #8221 flávio bolsonaro

Fonte original: https://www.metropoles.com/colunas/demetrio-vecchioli/dark-horse-dinheiro-publico-passava-por-empresas-e-voltava-a-karina-gama · Coletado em 29/09/2026 10:00 · Gerado em 27/11/2026 23:54

Conteúdo coletado para fins de clipping e monitoramento de mídia. Direitos do conteúdo pertencem ao respectivo veículo/publicador.